

# Saída da prisão: sem um lugar para viver, “não há reinserção”

Projecto do Iscte coloca habitação no centro dos processos de reinserção para prevenir reincidência criminal

Ana Cristina Pereira

Todos os dias, há pessoas a sair das 49 prisões portuguesas. “Como é que pode haver reintegração se não há um lugar digno para viver?”, questiona Joana Pestana Lage, coordenadora do projecto de investigação Housing Freedom – liberdade habitacional. “A premissa é que não há reintegração possível.” Arquitecta de formação, doutorada em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, não reduz a habitação a um tecto. Encara-a como uma condição material de estabilidade, segurança e pertença. E, por isso, pensa-a como uma condição material para a liberdade.

Fazendo trabalhos sobre precariedade habitacional, esta investigadora do Iscte reparou nas dificuldades acrescidas enfrentadas por grande parte dos ex-reclusos, incluindo baixos níveis de educação formal, rendimentos baixos, estigma social. Se forem pessoas com longos períodos de encarceramento, problemas de saúde mental ou consumo excessivo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas, mais ainda.

Embora haja evidência científica sobre a relação entre pessoas em situação de sem abrigo e pessoas com experiência de reclusão, o nexo entre encarceramento e precariedade habitacional “não está muito explorado”. Atendendo ao crescimento do encarceramento e aos desafios na reintegração deste subgrupo, quis alargar esse caminho.

Em Portugal, nota, os percursos habitacionais de quem sai da prisão “são profundamente desiguais”. A esmagadora maioria dos reclusos tem rendimentos baixos. Muitos não têm família à espera deles à porta da prisão. O mercado de arrendamento está a praticar preços impossíveis. A habitação social é escassa. Alguns reclusos perdem o acesso à habitação social por força de regulamentos municipais. Joana Pestana Lage dá o exemplo da Câmara do Porto, que tem

retirado habitação social a agregados com elementos condenados por tráfico de droga. “Estamos a falar de uma punição que se estende para lá do cumprimento da pena. Depois, perguntamo-nos porque é que a reinserção falha.”

## Três realidades diferentes

Escolheu três contextos europeus: Portugal, Bélgica e Noruega. Não para fazer um estudo comparado no sentido clássico, mas como uma espécie de laboratórios, que permitirão apreender realidades distintas.

Ao contrário da Noruega, Portugal e Bélgica consagram o direito à habitação nas suas constituições. Ainda assim, os três países subscreveram a Carta Social Europeia. “O direito formal à habitação nem sempre se traduz em acesso real, sobretudo para grupos vulneráveis”, sublinha.

A Bélgica enfrenta um grave problema de sobrelotação prisional, mas tem apostado em soluções alternativas como as casas de detenção e as casas de transição. Esses modelos não existem em Portugal – o mais parecido é o Estabelecimento Prisional de Torres Novas, que concentra no máximo 38 homens em fim de pena, todos em regime aberto virado para o exterior. A Noruega, com um sistema prisional exemplar, baseado na reabilitação e na dignidade e num processo de transição gradual para a liberdade, tem taxas de reincidência em torno dos 20%. Em Portugal, faltam dados sistemáticos sobre reincidência. As estimativas variam entre 40% e 75%.

“O facto de não termos, em Portugal, números consolidados sobre reincidência é, em si, um problema”, comenta. “As políticas públicas deviam ser baseadas em evidência. Não sabendo quantas pessoas regressem à prisão, corremos o risco de tomar más decisões, com custos sociais elevados.”

## Resistências eventuais

À escala global, a habitação raramente é pensada como política penal. A



## Três casas para apoiar quem está a sair da prisão com a ajuda da Fundação Gulbenkian

A Fundação Gulbenkian está a apoiar três casas de saída, também conhecidas como casas de transição ou *halfway houses*. Uma será gerida pela associação “O Companheiro”, no Algarve, outra pela Confiar, na Área Metropolitana de Lisboa, e outra pela Reshape, em Coimbra.

Luis Jerónimo, director do programa Gulbenkian Equidade e Sustentabilidade, começa por lembrar que a fundação tem apoiado diversos projectos desenvolvidos em contexto prisional, de que são exemplo o “Ópera na Prisão” ou o “Corpo em Cadeia”. “Percebemos que havia carências na resposta a este grupo, e queríamos perceber como é que poderíamos expandir o trabalho naquilo que chamamos ‘humanização dos sistemas prisionais.’”

O acesso à habitação é fundamental no

processo de reinserção social. Sem casa, como arranjar emprego, manter tratamentos de saúde ou reconstruir relações familiares? “É uma resposta que as organizações que trabalham nesta área reclamam há bastante tempo.”

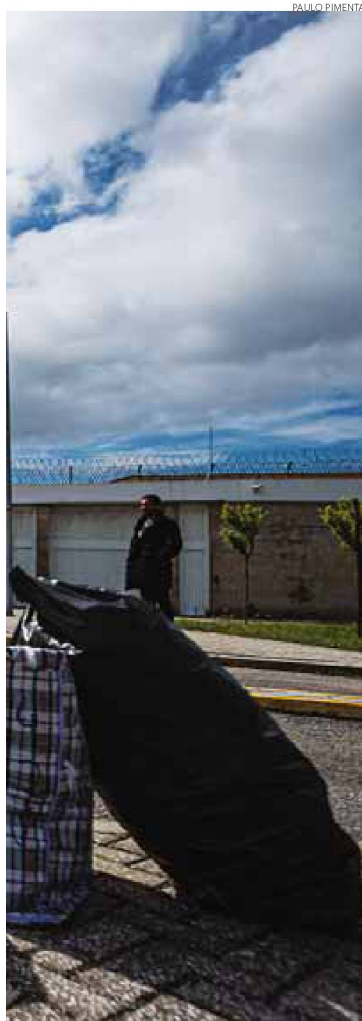
Há muito quem saia da prisão sem ter casa ou rede de familiares ou amigos que lhe abram a porta. Nesses casos, a equipa de reinserção social da prisão em que se encontra deve alertar o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da área de residência. Correndo bem, ser-lhe-á atribuído um gestor de caso, isto é, um técnico que faz um diagnóstico, que acompanha, que procura traçar um caminho de inclusão, encontrar as respostas mais ajustadas. E, não raras vezes, tudo o que conseguirá encontrar será um albergue.

As novas casas de

saída acolherão pessoas que saírem em liberdade condicional ou depois de ter cumprido o total da pena, mas também algumas pessoas que ainda estão na prisão e têm saídas jurisdicionais, isto é, saídas curtas autorizadas pelo Tribunal de Execução das Penas ou pela direcção da prisão. Há espaços que o fazem, mas não de forma estruturada. O modelo, testado por estas organizações, será avaliado por uma equipa liderada por Joana Pestana Lage.

As organizações já estão no terreno. “O trabalho começa ainda dentro da prisão, na preparação da saída, transitando para estas residências que são inseridas na comunidade”, salienta Luis Jerónimo. “Essa inserção na comunidade é muito importante para apoiar a construção de projectos de vida destas pessoas.” Esse trabalho no interior das prisões “já arrancou”. A expectativa agora, segundo Luis Jerónimo, “é que ainda





PAULO PIMENTA

### Muitos reclusos não têm família à espera deles à porta da prisão, e a falta de habitação pública não lhes facilita a vida

investigadora traça um paralelo com as pessoas em situação de sem abrigo. “Precisam de várias coisas, mas sobretudo de uma casa e, no entanto, a estratégia e o financiamento estão na Segurança Social. A habitação é secundarizada.”

O projecto tem uma visão clara: “A habitação como ferramenta de liberdade.” Desloca a habitação para o centro do processo de reabilitação que encara como “uma infra-estrutura de cuidado” a ter com quem sai da prisão. Não desliga o projecto do tempo actual, que é de profunda crise habitacional. Adivinha “resistência a perceber que há grupos para quem este apoio é crucial”. Com um parque público que representa cerca de 2% da habitação total, admite que o debate possa facilmente descambar para a lógica do “merecimento”.

“O nosso problema, enquanto sociedade, não é decidir se A ou B merecem uma casa, mas que políticas e programas temos – e que práticas devemos abolir – para garantir direito à habitação”, salienta a arquitecta. “Quando deixamos de construir habitação pública, quando permitimos que os [declarados] inimputáveis ficassem presos por falta de solução habitacional, isso diz muito de nós enquanto sociedade.” Joana Pestana diz que colocar a habitação estável no centro da reinserção social aumentará as possibilidades de liberdade duradoura, ou seja, diminuirá a reincidência criminal.

Com um financiamento de 1,5 milhões de euros do Conselho Europeu de Investigação, nos próximos cinco anos, os cinco investigadores de várias áreas – das áreas da arquitectura, urbanismo, sociologia, antropologia e direito – irão analisar modelos de habitação de transição e de longo prazo. A equipa mapeará o universo de respostas existentes e ausentes. Irá acompanhar as casas de saída que estão a ser criadas por três organizações da sociedade civil, a Reshape, a Confiar, a O Companheiro, com o apoio a Fundação Calouste Gulbenkian. E soluções como Housing First, apartamentos partilhados, projectos desenhados segundo o princípio da justiça restaurativa.

O plano é valorizar a participação das pessoas que estiveram privadas de liberdade. “Isso irá permitir perceber, por exemplo, se as soluções são mais privadas ou mais partilhadas. Interessa saber, por exemplo, se a partilha de espaço deriva do entendimento de que isso é o que é melhor para si ou se é tudo o que conseguiu.”

## Ibenkian

durante 2026 as casas estejam já a acolher as pessoas”.

Há exemplos destes em diversos países europeus, como a Bélgica ou a Noruega, com bons resultados. “Também queremos mostrar que é possível [fazê-lo em Portugal] e que respostas destas são muito necessárias porque a reinserção social, por muito que esteja prevista em termos conceptuais, aquilo que até é a própria finalidade da pena é algo que depois na prática não funciona.”

O funcionamento das casas tem por base protocolos assinados “com a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e os estabelecimentos prisionais”. A d’O Companheiro trabalhará com cadeias do Sul do país, da Reshape com cadeias da região centro e a da Confiar com Tires, mas “com a possibilidade de sinalização de casos que possam vir outros EP a trabalhar com a população feminina”. **A.C.P.**